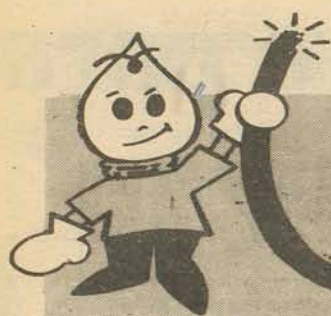




Limpar

SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº 184 25/06/92

Celos analisa balanço atuarial

No início do mês - dia 8 de junho - o Conselho de Curadores da Celos se reuniu para analisar o balanço atuarial da entidade. Dois pontos desta análise mereceram destaques, conforme apontaram os Curadores:

1 - A Celos conseguiu recuperar, em 1991, grande parte do "déficit técnico" verificado no balanço de 1990. A recuperação deve-se à rentabilidade líquida real dos seus recursos financeiros de 35,45%. Outros fatores positivos foram o aumento de contribuição da empresa e os ajustes no Plano de Custeio proporcionados pela maior participação da Previdência Social nos benefícios concedidos aos aposentados e pensionistas.

2 - Em abril de 1992, o déficit técnico já está praticamente liquidado. O esforço de recuperação feito pela diretoria da Celos deverá continuar dando aos participantes a garantia de solidez financeira e de equilíbrio econômico-financeiro da Fundação Celos, segundo os Curadores.

O Conselho de Curadores na mesma reunião aprovou a devolução de 100% das contribuições, corrigidas, para os participantes que rescindirem o contrato de trabalho com a Celesc (antes era de apenas 50%). Aprovou ainda a nova opção para os participantes que desejarem liberar o teto de contribuição da fundação e também aprovou investimentos em equipamentos médicos e em imóveis.

Ficou ainda regulamentado o Salário Real de Contribuição, isto é, das parcelas de remuneração dos participantes que entram no cálculo dos benefícios concedidos pela Celos.

Ficaram definidos como titulares e suplentes dos representantes dos empregados no Conselho de Curadores: Efetivo: João Paulo de Souza - Suplente: Waldemar Debiassi; Efetivo: Aramis Luiz de Novaes - Suplente: Julio Cesar Gonçalves Correa.

LIGHT E ESCELSA VÃO A LEILÃO

Na segunda-feira passada, o presidente Collor inaugurou o processo de privatização das empresas de energia elétrica. Ele autorizou a venda da Light Serviços de Eletricidade S/A (responsável pelo atendimento no Estado do Rio de Janeiro) e da Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (que atende 95% daquele Estado).

Também foi aprovada a assinatura de concessões para empresas privadas construírem usinas pequenas e médias e para acabarem de construir usinas já iniciadas. Segundo o Ministro das Minas e Energia, Pratini de Moraes, a Escelsa será privatizada no primeiro semestre de 93, enquanto que a da Light vai demorar um pouco mais.

O secretário-geral do Sindicato dos Eletricistas do Espírito Santo, José Geraldo da Rocha, diz que o anúncio da privatização da Escelsa não surpreendeu. "É claro que sempre provoca impacto, mas já estávamos trabalhando o assunto junto à categoria e no sentido de interferir neste processo". O sindicato, junto com o governo capixaba, quer a

estadualização da empresa. "Não descartamos também a gestão tripartite (Estado - Trabalhadores - Empresa privada)".

Hoje a Escelsa tem 2.300 empregados. Com a reforma administrativa houve mais de 120 desligamentos e 14 demissões. A previsão é que nos próximos seis meses ocorram mais 200 demissões. "Com a privatização as demissões se agravarão", diz Zé Geraldo. Atualmente a Escelsa compra 76% da energia que distribui.

Na Light a solução trabalhada pelo Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro também é a estadualização. "Discordamos frontalmente da privatização. Prejudicará a categoria e também a população, já que a qualidade do serviço cairá", argumenta Edson Gama, diretor de imprensa do sindicato.

A estadualização da Light inclusive foi aprovada há seis meses pela Assembleia Legislativa do Estado. Trabalham na Light 12.500 funcionários. No último ano ocorreram 2 mil demissões incentivadas.



Eletrosul e Elos depõem sobre "esquema PP"

Os presidentes da Eletrosul e da Fundação Elos devem comparecer hoje a uma audiência na Secretaria Nacional de Previdência Social e Complementar. Eles foram convocados para falar do caso ELOS/SADE, em que a Fundação teria comprado ações da SADE por pressão do "esquema PP", liderado pelo ex-Secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos.

Hoje também será instalada no Senado uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a ação do "esquema PP".

INDENIZAÇÃO - A Eletrosul, em ação ordinária datada do início de maio, está pedindo à Justiça que o Sinergia a indenize em 150 milhões de cruzeiros. Ela alega reparação por danos morais e à imagem nos episódios ELOS/SADE e denúncia de superfaturamento das obras de Jorge Lacerda IV e Jacuf I.

Segundo a Eletrosul, o Sinergia "concatenou uma campanha difamatória" contra a empresa com acusações que por "serem inverídicas, causaram abalo à moral e à imagem da Eletrosul". Além das notícias veiculadas pelos meios de comunicação e da atuação

do senador Eduardo Suplicy, na ação é citado ainda que "no seu afã de abalar a autora, o réu convocou assembleia... quando na presença de aproximadamente 300 pessoas, mais uma vez trouxe à discussão tal assunto, sustentando que havia irregularidades".

Para a direção do Sinergia, a atitude da empresa é desesperada. "Como um sindicato que apenas divulgou documentos de dentro da própria empresa pode ser punido por isso?", pergunta Mauro Passos, presidente da entidade.

E nós com isso?

Por muito menos que o que está acontecendo hoje no Brasil, Richard Nixon renunciou à presidência dos EUA e Getúlio Vargas suicidou-se. A proporção dos escândalos que envolvem o nome do presidente Collor fica maior a cada dia que passa, fazendo inclusive com que ele fosse esta semana à cadeia de rádio e televisão esbravejar irascivelmente contra seus amigos, ex-aliados e a imprensa.

As revistas e jornais já especulam sobre como seria a eventual sucessão de Collor em caso de impeachment ou renúncia. A

CPI do Congresso, pasma, revela a cada dia um rosário nomes que estariam envolvidos em falcaturas, num processo praticamente sem controle. É como se todos os esgotos do país tivessem entupidos, e o mau cheiro invadido o território nacional.

O que é difícil de se entender é a postura da população diante disso. Um verdadeira cultura de ceticismo tomou conta da nação: não há expectativa de que tudo isso dê em alguma coisa. É como se a impunidade fosse natural. O que o povo ainda não se deu conta é de que desta vez a dose do escândalo é muito grande.

Temos um país à deriva. Diante dos escândalos o mercado financeiro se instabiliza e a economia se fragiliza mais ainda. Quem duvida de remarcações desesperadas ou de cor-

ridas ofegantes aos mercados paralelos.

As possibilidades de reorganização da economia e do país passam hoje, necessariamente, pelo afastamento de Collor. Ele já não governa, pois lhe falta moral para tanto. Independente da comprovação de seu envolvimento nas negociatas, sua moral está abalada, seu crédito liquidado, sua imagem e m

arruinada. Ninguém governa assim!

Aceitar essa situação significa, por parte da população, abrir mão dos mais rudimentares princípios éticos e morais. Chega

a ser uma questão de patriotismo (ainda que haja resistência a esta palavra) exigir a renúncia de Collor.

A polêmica sobre a forma da sucessão, sabe-se, não é simples. O certo é que a democracia deve ser preservada. No entanto, diante de crimes eleitorais já reconhecidos, a convocação de eleições gerais no país parece a melhor saída para a democracia e para o Brasil. Começar de novo.

Mas para que algo aconteça, é preciso romper a passividade. A indignação de cada cidadão é necessária. É hora de um basta coletivo, que arraste a corrupção, os corruptos e os que teimam em colocar panos quentes para que tudo fique como está. Se não nos indignarmos contra a impunidade, nós brasileiros, ainda seremos punidos pela História.

"O maior problema do país não é a crise econômica nem a social, mas a crise moral. Não serei candidato para sucumbir a acordos espúrios e entendimentos subalternos. É necessário que retiremos a lama apodrecida representada pela corrupção."

(Fernando Collor, candidato, em 5/2/89)

SP inova para favorecer empresários

(matéria baseada em reportagem de Antonio Martins, no jornal Brasil Agora)

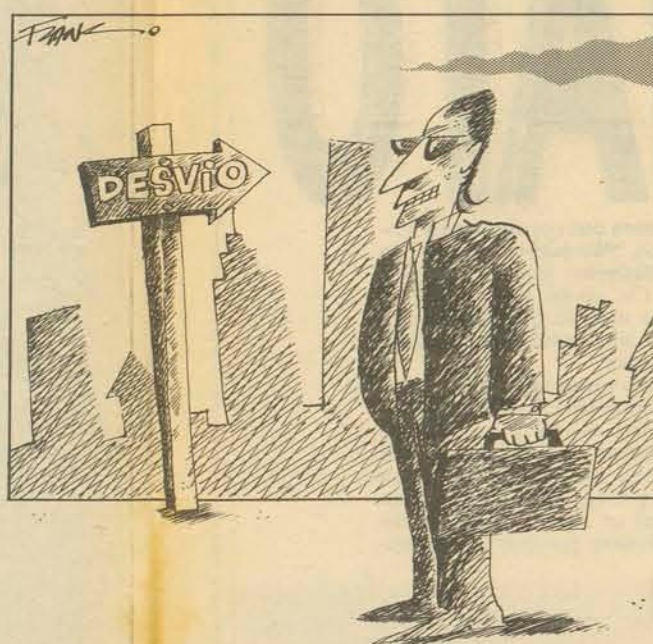
No dia 30 de abril, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou uma lei chamada "leis das concessões", que permite ao Estado transferir a grupos privados a operação de obras e serviços até hoje confiados à iniciativa estatal. Na prática esta é uma modalidade inédita de privatização. Ao contrário do que ocorre no programa do governo federal, neste caso os particulares não adquirem as propriedades de bens públicos. Isto se transforma numa vantagem a mais para estes compradores, que assim ficam desobrigados de fazer investimentos pesados. Além disto a lei é tão ampla que toda rede de serviços estatais, nas áreas de infraestrutura ou social, pode ser transferida à iniciativa privada.

Assim fala-se em São Paulo na concessão de rodovias, hidrelétricas, oleodu-

tos, sistemas de saneamento e presídios. Está aberto o caminho também para que mais adiante o Executivo entregue aos particulares linhas de metrô ou redes de ensino, por exemplo.

Em 10 de março, um dia depois de encaminhar o projeto de "concessões" à Assembleia, o governador Fleury avistou-se com o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, para solicitar a liberação de recursos públicos capazes de assegurar a execução das obras que serão transferidas a particulares.

Outro projeto, ainda em tramitação na Assembleia paulista autoriza a participação minoritária do Estado na Companhia Paulista de Desenvolvimento - CPD.



Ela equivale, segundo assessores do governo paulista, a "uma espécie de BNDES estadual", ao qual caberá decidir sobre a execução da política de concessões.

Das 250 quotas que compõem o capital da empresa, nada menos que a metade foi oferecida a três megaem-

presários. Sebastião Camargo (Grupo Camargo Corrêa) controla 50, Olacyr de Moraes (Grupo Itamaraty) possui outras 50, e Antonio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) adquiriu as restantes 25. O governo do Estado detém uma única quota, e a parceria torna-se ainda mais estranha e inaceitável quando se sabe que Sebastião Camargo, a quem a administração ofereceu a condição de acionista majoritário, é co-réu num inquérito policial que investiga corrupção e enriquecimento ilícito de funcionários que ocuparam cargos de confiança no governo de Orestes Quêrcia.

das 18h30min. Ingressos podem ser adquiridos na hora no teatro.

Saúde Popular em debate

Está sendo distribuído pelo Sinerjia o número um do Jornal Popular de Saúde. Procure ler e participar concretamente das ações na área de saúde do trabalhador. O Linha Viva trará em suas próximas edições parte das matérias publicadas pelo jornal a fim de atingir um maior número de pessoas.

Cidadania Brasileira

Está aberto o Concurso Anual Queimada cujo tema é o papel do negro na formação da cidadania brasileira. O prêmio é de 5 milhões

de cruzeiros (atualizado na entrega). O texto deve ter no mínimo 100 páginas, no máximo 200, em espaço dois e com máximo de 25 linhas por página. Ele deve ser apresentado em cinco cópias, com pseudônimo, envelope fechado, nome completo e endereço. Os trabalhos devem ser enviados até dia 30 de setembro de 1992, para a Secretaria da Justiça e da Cidadania (Av. Governador Bley, 236 - 9º andar. CEP 29.700 Vitória-ES).

Prêmio Zininho

Com 24 canções finalistas, selecionadas entre 92 inscrições começa hoje, dia 25, às 21 horas, no Teatro Alvaro de Carvalho, prosseguindo na sexta e sábado, o Prêmio Zininho de Música Popular. O concurso tem por objetivo dinamizar a produção artística-musical da Grande Florianópolis.



Pela ética

Foi lançado na terça-feira, no Congresso Nacional, um movimento pelo resgate da ética na política. O CNE fará parte do movimento junto com outras entidades como a CNBB, OAB, IBASE, CUT, Contag, CGT, ABI, movimentos em defesa dos sistemas Petrobrás e Eletrobrás. A campanha quer apresentar alternativas ao neoliberalismo, além de fortalecer e comprometer o poder legislativo e tirar a sociedade do imobilismo. O lançamento do movimento aconteceu durante uma vigília em defesa da ética na política, no Salão Negro do Congresso.

Reposição

Os empregados em empresas estatais de energia elétrica continuam mobilizando-se pela reposi-

TRIBUNA Livre

A Celesc e a Privatização (Por que é uma questão gerencial)

João Carlos Espíndola da Silva Economista do DPSU

Em artigo anterior, publicado no nosso Linha Viva, nº177, afirmamos que a questão da privatização é uma questão puramente gerencial.

A abrangência da questão é ampla e irrestrita, indo desde os Supervisores (chefes imediatos) até ao Governador (representante do acionista majoritário - o governo, ou seriam todos os catarinenses?), passando pelos Chefes de Divisões e principalmente de Departamentos e Diretores.

Parece incrível, mas, sobre o nosso humilde artigo, recebemos os mais variados tipos de "feedback", dos mais encorajadores até aos apocalípticos, tipo "você está se expondo demais", "o peixe morre pela boca", etc.

Sinceramente não compreendemos, pois o objetivo do artigo foi no sentido de oferecer sugestões à Diretoria e ao Governo (desculpem a pretensão), além é claro, de defendermos, sem corporativismo, o emprego, cada vez mais instável, de todos os celesquianos, que como nós, amam essa grande Empresa.

Dados estas rápidas satisfações, vamos ao mais importante. Temos certeza e convicção que a grande maioria dos "gerentes" concorda, em princípio, com o que afirmamos. Como em qualquer empresa, tivemos e temos gerentes qualificados ou não para o cargo que ocupam, em qualquer das gestões da Celesc nestes 40 anos de existência.

Neste sentido, portanto, a questão gerencial está intimamente ligada a qualificação do nosso corpo de gerentes. Dentro desta questão genérica está uma mais específica e muito significativa, que é a unidade dos gerentes. Pois embora tivéssemos um corpo gerencial capacitado, que infelizmente não é, os resultados obtidos pela Celesc não correspondem a uma soma dos esforços de cada chefe, pois, quase todos dedicam seus esforços em direções diversas. Isto dispersa os efeitos e gera pouco ou nenhum resultado prático.

Boa parte dos gerentes (em todas as gestões) têm idéias e sugestões valiosas, mas, muitas vezes nem são colocadas à discussão, chegando a se temer represálias, se estas idéias ou sugestões conflitam com os "interesses" de seus superiores. É o caso por exemplo, da privatização. Que significa, a médio e longo prazos, a perda do emprego.

Todos os gerentes não podem esquecer que suas posições não são estáveis, aliás, é a posição mais instável, perdendo apenas para os Diretores.

Afinal pretendem ou não manterem seus empregos como qualquer celesquiano?

Assim, "gerentes da Celesc: uní-vos", (ou será que esta máxima também não se aplica aos gerentes?).

A privatização de muitos dos serviços da Celesc (leitura de medidores, construção de redes e linhas, etc) já implantados há muito tempo não serviu de alerta?

Mas agora não há mais desculpa, querem privatizar tudo. Reagiremos veementemente ou aceitaremos passivamente, como ocorre hoje?

Não nos esqueçamos: as soluções dos nossos problemas está em nós, não precisamos de muita coisa, talvez um pouco mais de liberdade, de autonomia e de transparência na administração dessa grande Empresa que é a Celesc.

Por fim, deixamos em aberto à discussão e na medida do possível, seguiremos com o tema, reforçados com a exemplificação de grandes idéias ainda não implementadas, por pura falta de energia e união daqueles que podem, efetivamente, mudar alguma coisa - os gerentes.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Linha Viva é uma publicação da Interindustrial dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares semanais. Diretor Responsável: Dinivaldo Giltali. Editores: Gastão Casel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon. Ilustrações: Frank Mala. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis/SC - CEP 88.015. Fone: (0482) 22-38-66. Telefax (0482) 23-55-96. Telex: 481555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

POESIA E ARTESANATO

Cleber Teixeira, dono da editora Noa Noa, é considerado por muitos um excêntrico. Poeta, jornalista e editor, Cleber fez para si um mundo dos seus sonhos: rodeado e orientado para os livros e a arte. Carioca, 53 anos, mora em Florianópolis há 15 anos, "transplantado", como diz, por causa da mulher, Bete, arquiteta da Eletrosul. Bete trabalhava na empresa no Rio de Janeiro e mudou-se quando a Eletrosul foi transferida para Santa Catarina.

Cleber sente muitas saudades do Rio de Janeiro, da vida cultural daquela cidade, de acompanhar a produção teatral, visitar galerias e ateliês de grandes artistas nacionais. Mas a grande falta que sente

mesmo é do ambiente das redações de jornais cariocas, onde ingressou pelas mãos do pai jornalista e onde conheceu e conviveu com nomes como Paulo Francis, Oto Maria Carpeaux, Antonio Callado, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda.

A gráfica de Cleber existe desde 1965. Nela foram editados até agora cerca de 70 livros. Nove são de poesia do próprio Cleber. Aliás, a maioria destes livros são de poesia - poetas novos ou poetas consagrados no mundo inteiro, que não mereceram a atenção dos editores nacionais. O trabalho da Noa Noa é famoso primeiro, pela qualidade dos seus títulos e, segundo, pela forma como os livros são editados: artesanalmente. Cleber é o artesão dos livros que escolhe para publicar. Ele mesmo compõe capa e cada página. Depois a obra é impressa numa máquina com mais de 100 anos.

"Eu costumo dizer que fui premiado pelos deuses, por ter descoberto desde pequeno o que me interessava, o que queria fazer da vida. Foi uma felicidade saber que queria ser escritor, ser um leitor e fazer livros. Não quis ser bombeiro ou motorista. Queria ser isto que sou. Nada além disso e Deus me premiou com esta tranquilidade, me permitiu fazer isto".

"Minha paixão era fazer livros. E preservar um processo secular de composição e impressão de livros. Um processo muito próximo de Guttenberg, da composição manual. E assim evocar aquele ambiente. Se você se reporta ao ambiente em que Guttenberg trabalhava, você fica estupefato. As pessoas eram extre-

mamente hábeis. Faziam o papel, a tinta, o projeto gráfico, tudo. Então quero preservar a tipografia, que é o mais nobre dos processos de edição. Isto me dá satisfação!"

"Mas há outro propósito. Mais ambicioso e até egoísta. Quero resgatar coisas importantes da literatura e, principalmente, da poesia. É egoísta porque faz parte do projeto de minha formação como poeta. O que faço aqui é estudar para me tornar um poeta melhor. O que faço é conviver com estes poetas fantásticos. À medida em que componho estes livros, mergulho no universo desta gente. O que edito tem a ver com meus interesses mais profundos como autor".

"Editei alguns marcos da história da poesia e tenho trabalhado com nomes importantes da poesia brasileira, Augusto Campos, Paulo Paes... Editei bastante coisa com o Augusto: poesia provençal, Mallarmé, Keats e vários outros. Inesquecível foi a edição do poeta provençal Arnaldo Daniel. Ele deixou apenas 18 canções. Foi um poeta importantíssimo do século XII. Ninguém editava. O Augusto me propôs e fizemos uma edição bilíngue em 1982. Em provençal porque era um exercício que permitiria ao leitor interessado descobrir a sonoridade das canções. Foi uma revisão trabalhossíssima. Depois, brincando, a gente lia em provençal e em português para ver se além do sentido interno do poema o Augusto tinha pego o som. Mais tarde a Companhia de Letras editou o livro industrialmente. O Mallarmé, que editei pela primeira vez em 72, a Perspectiva depois também editou".

"Sou um micro editor. No começo cometi alguns enganos que custaram caro. Hoje o reembolso é um processo comum de vendas para mim. Reportagens e matérias sobre as edições também ajudam muito. Mas já trabalhei bastante e levei muito cano. Um deles foi tentar distribuir de maneira artesanal para um porção de livrarias. Mas, finalmente, consegui ter a uma crise de bom senso e descobri que era melhor encontrar alguns livreiros nas grandes cidades do país e me concentrei nisso. Eles têm um público cativo que frequenta suas livrarias e já são meus clientes tradicionais. Isto tem acontecido de maneira bastante tranquila".

"Publico poetas novos também. Foi outro cano que tomei. Muitos me criticam porque só edito traduções. Sabem das notícias que saem nos jornais. Não sabem que já publiquei poetas novos. Mas os jornais e os livreiros não se interessam por isto e assim o público não fica sabendo destas edições. Tenho pilhas de autores novos, nos quais apostei e que os li-

vreiros não querem nem em consignação. Foram grandes prejuízos. Não posso ser o pai da pátria. Não tenho dinheiro para isto. Esse assunto é delicado. Os novos me procuram muito, mas não posso atendê-los. Vem gente de todo canto. Alguns não entendem e acham que é má vontade minha".

"Na verdade a minha loucura é um pouco maior. Eu queria ter sido um escritor do século XV. Naquela época as oficinas eram os lugares onde se juntavam o artesanato e as discussões intelectuais. As oficinas estavam cheias de autores, de poetas, de filósofos. Eles compunham e faziam os livros. Nasci muito depois, mas sou um louco, porque na medida



do possível estou tentando tornar viável este projeto num outro tempo. A minha editora é frequentada por uma porção de pessoas boas, é um ponto de referência. Vem gente do Brasil, do exterior. Tenho amigos maravilhosos. Se fosse possível voltar aos dourados anos 50, onde o salário dava para viver, e as pessoas não viviam tão angustiadas, procurando bicos para ajudar a sobreviver a gente poderia ter uma convivência maior aqui."